



UvA-DARE (Digital Academic Repository)

História do trabalho: o velho, o novo e o global

van der Linden, M.

Publication date

2009

Document Version

Final published version

Published in

Revista Mundos do Trabalho

[Link to publication](#)

Citation for published version (APA):

van der Linden, M. (2009). História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, 1(1), 11-26.

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/9356>

General rights

It is not permitted to download or to forward/distribute the text or part of it without the consent of the author(s) and/or copyright holder(s), other than for strictly personal, individual use, unless the work is under an open content license (like Creative Commons).

Disclaimer/Complaints regulations

If you believe that digital publication of certain material infringes any of your rights or (privacy) interests, please let the Library know, stating your reasons. In case of a legitimate complaint, the Library will make the material inaccessible and/or remove it from the website. Please Ask the Library: <https://uba.uva.nl/en/contact>, or a letter to: Library of the University of Amsterdam, Secretariat, Singel 425, 1012 WP Amsterdam, The Netherlands. You will be contacted as soon as possible.

ARTIGOS

HISTÓRIA DO TRABALHO: O VELHO, O NOVO E O GLOBAL*

Marcel Van der Linden**

Resumo: O artigo apresenta uma nova fase da História Social do Trabalho, caracterizada pela tentativa de superação do nacionalismo metodológico e do Eurocentrismo, cujo potencial vem se revelando extremamente rico no estabelecimento de uma perspectiva global de entendimento da classe trabalhadora e de sua história. Uma nova História Global do Trabalho vem se estabelecendo como uma “área de interesse”, caracterizada por certo pluralismo teórico e pelo interesse temático no estudo transnacional e mesmo transcontinental das relações de trabalho e nos movimentos sociais de trabalhadores no sentido mais amplo da palavra. Trabalho livre e não-livre, remunerado e não remunerado, organizações formais e informais, em um recorte cronológico mais amplo, constituem os objetos desses novos estudos. Por fim o artigo fornece alguns exemplos de trabalhos de pesquisa que caminham na direção de uma História Global do Trabalho.

Palavras-chave: História do Trabalho; História Global.

Abstract: The article presents a new moment of Labor History, characterized by the attempt of overcoming the methodological nationalism and the Eurocentrism. This field has a great potential to establish a global perspective of knowledge of the working class and its history. A new Global Labor History is been constructed as a “area of concern”, characterized by a certain theoretical pluralism and by the transnational and even transcontinental approach to labor relations and workers' social movements in the broadest sense of the word. Free and unfree labor, paid and unpaid, formal or informal organizations and movements, in a large temporal perspective constitutes the subjects of these new studies. Finally the article puts some examples of recent researches that walks in the direction of a Global Labor History.

Keywords: Labor History; Global History.

I

A Formação da Classe Operária Inglesa, de E. P. Thompson, foi um marco para a disciplina de história social. David Brody corretamente concluiu que esse trabalho, primeiramente publicado em 1963, ofereceu à “nova história do trabalho” um “modelo que

* Tradução: Renata Meirelles. Revisão: Marcelo Badaró Mattos.

Originalmente publicado em inglês: 'History: The Old, the New and the Global', *African Studies*, 66: 2 (2007), 1-12. Também publicado em Alemão: 'Was ist neu an der globalen Arbeitsgeschichte?', *Sozial Geschichte*, 22: 2 (2007), 31-44.

** Diretor de Pesquisas do Instituto Internacional de História Social (Amsterdã), Professor da Universidade de Amsterdã e Presidente do Conselho Editorial da *International Review of Social History*.

esta muito precisava”.¹ Uma vez assimilada sua mensagem, o grande livro de Thompson, ao enfatizar cultura e consciência, transformou a história do trabalho em história da classe trabalhadora. Nos países de língua inglesa, o livro de Thompson foi a mais importante referência que marcou a transição da chamada Velha História do Trabalho para a Nova História do Trabalho. Nos dias de hoje, há um amplo consenso sobre a natureza dessa transição.² A Velha História do Trabalho era institucional, focada na descrição organizacional de desenvolvimentos, debates políticos, líderes e greves. Era representada por Sidney e Beatrice Webb, a Escola Wisconsin de John Commons, dentre outros, mas também por marxistas como Philip Foner. A Nova História do Trabalho tentou contextualizar as lutas dos trabalhadores. Conforme Eric Hobsbawm afirmou, em 1964, em *Labouring Men*, ela enfatizou “as classes trabalhadoras como tais e as condições técnicas e econômicas que permitiram ou impediram que os movimentos trabalhistas fossem eficazes”.

As diferenças entre Velha e Nova História do Trabalho são freqüentemente exageradas, uma vez que também na Velha História do Trabalho não foram poucas as vezes em que foi dada atenção às “classes trabalhadoras como tais”, visível por exemplo, na magnífica trilogia de John e Barbara Hammonds *The Village Labourer* (1912), *The Town Labourer* (1917) and *The Skilled Labourer* (1920), que cobre aproximadamente o mesmo período de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de Thompson. Ainda assim, não se pode negar que a Nova História do Trabalho dos anos 1970 e 1980 introduziu uma drástica renovação da disciplina. Não apenas os processos de trabalho e cultura cotidiana, mas também as relações de gênero, etnia, raça e idade finalmente ganharam a atenção que mereciam, ao lado das estruturas domésticas, sexualidade e políticas informais. A Nova História do Trabalho assinalou uma genuína revolução intelectual.

¹ David Brody, “Reconciling the Old Labor History and the New”. *Pacific Historical Review*, 62 (February 1993), 1-18, reprinted as “Responsibilities of the Labor Historian”. In: *Brody’s Labor Embattled. History, Power, Rights*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 2005, 1-15, at 11.

² Os termos Velha e Nova História do Trabalho parecem ter sido criados nos Estados Unidos por volta de 1970. Ver: Thomas A. Krueger, “American Labor Historiography, Old and New: A Review Essay”. *Journal of Social History*, 4 (1971), p. 277-85. Um tipo de codificação da distinção pode ser encontrado no artigo de David Brody “The Old Labor History and the New: In Search of an American Working Class”. *Labor History*, 20 (Winter 1979), p. 111-26.

II

A História do trabalho – utilizo o termo aqui em sentido amplo, incluindo a história da classe trabalhadora – foi por muito tempo estudada sobretudo nos países de capitalismo avançado (ademais, com um foco restrito ao âmbito político nos chamados países socialistas). Entretanto, desde os anos 1990, essa disciplina tem se desenvolvido no sentido de um verdadeiro projeto global. Para ser preciso, muitos estudos anteriores já foram publicados sobre a história da proletarização e de movimentos de trabalhadores no hemisfério Sul - poderia citar como um brilhante exemplo Rajani Kanta Das, que – em 1923! – publicou nada menos que três volumes sobre o trabalho no sudeste asiático.³ Mas, o verdadeiro salto, em termos de conferências, associações, etc. é de surgimento recente. Após uma importante tentativa sul-africana em 1977 – o *History Workshop* sobre história do trabalho daquele ano, o processo deslançou em 1995, com a fundação da Associação de Historiadores do Trabalho Indianos, uma organização dinâmica, que não apenas organiza conferências a cada dois anos, como também se envolve com uma série de outras atividades. Pouco depois, o grupo *Mundos do Trabalho* foi estabelecido no Brasil; e conferências nacionais ocorreram em Karachi (1999), Seoul (2001), Jogjakarta (2005) e Johannesburg (2006).

Essa expansão geográfica e as substanciais reflexões por ela suscitadas nos permitiram perceber a Velha e a Nova História do Trabalho sob uma nova perspectiva. Tomemos como exemplo o livro de Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*. De uma nova perspectiva global, há algo de peculiar sobre este livro, algo que provavelmente não foi notado anteriormente, mas que agora, sob diferentes circunstâncias, demanda a nossa atenção: Thompson reconstrói o processo inglês de formação da classe (no período de 1792-1832) como um *processo fechado em si mesmo*. A Inglaterra é, de acordo com sua análise, a unidade lógica de análise – enquanto forças externas certamente influenciaram esse processo, estas são especificamente retratadas como influências *estrangeiras*. Assim, a Revolução Francesa desempenha um importante papel de fundo na narrativa de Thompson, como uma fonte de inspiração para as atividades da classe trabalhadora, mas os

³ Rajani Kanta Das. *Factory Labor in India*. Berlin and Leipzig: W. de Gruyter & Co, 1923; Idem. *Factory Legislation in India*. Com a introdução de John R. Commons. Berlin and Leipzig: W. de Gruyter & Co, 1923; Idem. *The Labor Movement in India*. Berlin and Leipzig: W. de Gruyter & Co., 1923.

desenvolvimentos nos países vizinhos sempre permanecem “externos”. Ademais, Thompson não atenta para as conexões com o imperialismo. O colonialismo, com sua crescente e significativa influência sobre as vidas das classes subalternas ao longo do século XIX, é simplesmente ignorado.

Peter Linebaugh e Marcus Rediker assinalaram que a Sociedade Londrina de Correspondência (London Corresponding Society - SLC), (mencionada nas primeiras páginas de *A Formação da Classe Operária Inglesa*) declarou-se, em sua fundação, em 1792, a favor da igualdade, quer se tratassem de “negros ou brancos, ricos ou pobres”. Contudo, em agosto do mesmo ano, a SLC declarou: “Companheiros cidadãos, de todos os níveis e de todas as situações de vida, ricos, pobres, classes altas ou baixas, nós nos dirigimos a todos vocês como nossos irmãos”. Aqui, a frase “negros ou brancos” tinha desaparecido. Linebaugh and Rediker argumentam, de maneira persuasiva, que essa repentina mudança da frase deve ser explicada a partir da referência à revolta no Haiti, recentemente começada. “Raça tinha se tornado assim um assunto delicado e, para muitos, na Inglaterra, uma questão ameaçadora, algo que a liderança da SLC agora preferia evitar”.⁴ Tais conexões transatlânticas não podem ser encontradas na escrita de Thompson. A abordagem “insular” de Thompson é ainda mais surpreendente dado que, politicamente, ele era claramente um internacionalista, familiarizado, desde a infância, com histórias sobre a Índia britânica, onde seus pais tinham vivido por algum tempo.⁵

III

Nesse sentido, apesar de seu feito inovador, *A Formação da Classe Operária Inglesa* nos mostra que houve importantes continuidades em relação à Velha História do Trabalho.

⁴ Peter Linebaugh and Marcus Rediker. *The Many-Headed Hydra: The Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000, p. 274. Tradução brasileira, *A Hidra de Muitas Cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵ O conhecimento de Thompson sobre a Índia é evidente em sua palestra “História e Antropologia”, em 1976 reimpressa em: E.P. Thompson. *Making History. Writings on History and Culture*. New York: The New Press, 1994, p. 200-225. No Brasil publicada como “Folclore, Antropologia e História Social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Ed. Unicamp, 2001. Sobre um plano de fundo da família de Thompson, ver Bryan D. Palmer, *E. P. Thompson: Objections and Oppositions*. London and New York: Verso, 1994, p. 11-51. Edição brasileira *E. P. Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Tom Nairn considera o trabalho de Thompson como um exemplo da “variedade da cultura popular nacionalista de esquerda” britânica. Tom Nairn. *The Break-Up of Britain. Crisis and Neo-Nationalism*. Second, Expanded Edition. London and New York: Verso, 1977, p. 303-4.

O campo de estudos emergente de história do trabalho na Europa do século XIX e, pouco depois, na América do Norte, foi caracterizado, de início, por uma combinação de “nacionalismo metodológico” – a invenção deste conceito é, até onde sei, devida a Anthony D. Smith – e eurocentrismo; uma combinação que apenas recentemente tornou-se um tema para debate. O nacionalismo metodológico funde sociedade e Estado e, conseqüentemente, considera os diferentes estados nacionais como espécies de “mônadas leibnizianas” para a pesquisa histórica. O eurocentrismo é a ordenação mental do mundo do ponto de vista da região do Atlântico norte: sob este ponto de vista, o período “moderno” tem início na Europa e na América do Norte e se estende, aos poucos, para o restante do mundo; a temporalidade desta “região central” determina a periodização dos desenvolvimentos do restante do mundo. Historiadores reconstruíram a história das classes trabalhadoras e dos movimentos operários na França, Grã-Bretanha, Estados Unidos etc. como desenvolvimentos separados. À medida que passaram a prestar atenção às classes e movimentos sociais na América Latina, África ou Ásia, estes foram interpretados de acordo com as perspectivas do Atlântico Norte.

Isso não significa afirmar que os historiadores do trabalho não olharam para além das fronteiras nacionais. É claro que o fizeram e, já anteriormente, mas a abordagem, entretanto, permaneceu monadológica: o mundo europeu “civilizado” foi visto como um conjunto de povos que se desenvolveram mais ou menos na mesma direção, ainda que cada qual em um ritmo diferente. Uma nação foi vista como mais avançada que a outra, e é por isso que as nações mais atrasadas poderiam ver o futuro, em maior ou menor medida, refletido nas nações mais avançadas. Inicialmente, esse pensamento era interpretado de maneira simplista, e movimentos trabalhistas de outros países foram estudados, por exemplo, para descobrir estratégias políticas para a política cotidiana de um determinado país. Essa abordagem pode ser observada, por exemplo, nos escritos de Lorenz Stein, um pioneiro alemão na história social do movimento trabalhista trans-nacional. Em seu estudo de 1842 sobre correntes socialistas e comunistas no proletariado francês, ele considerou, inicialmente, que a história se desenvolve por meio de diferentes nações. Nesse sentido, ele se posicionou firmemente sobre o terreno do pensamento monadológico. Stein assumiu que cada “movimento profundo” em determinada nação, cedo ou tarde, repetiria a si próprio em outra nação. Por esta razão, um estudo sobre desenvolvimentos na França pareceu uma tarefa urgente para ele; um movimento radical aparecendo em um país vizinho ameaçaria

igualmente a Alemanha em algum momento, e questionou retoricamente: “Podemos esperar passivamente e observar como [o movimento] cresce entre nós e permanece sem rumo, porque não é compreendido?”.⁶

Essa atitude algo instrumentalista levou a um forte interesse, aparentemente, para os “povos altamente desenvolvidos”. Logo, entretanto, tornou-se evidente como era difícil extrair receitas políticas úteis de outra parte. Quando Werner Sombart reconstruiu a história do proletariado italiano, meio século após Stein, ele concluiu que tais estudos comparativos dificilmente ofereciam alguma diretriz política útil para a política doméstica cotidiana. Embora Sombart acreditasse que as nações poderiam aprender a partir dos exemplos das outras, ele argumentou em favor de uma abordagem mais fundamental, que focasse centralmente em questões puramente teóricas (“de onde”?, “para onde”?). Uma abordagem modificada como esta significou uma expansão expressiva do terreno para pesquisa, porque agora um estudo dos países mais avançados não era mais suficiente, havendo a necessidade de mergulhar nos países menos desenvolvidos, “contanto que pertencessem às mesmas áreas culturais. [*Kulturkreise*]”. Afinal: “se regularidades no desenvolvimento social podem ser identificadas de todo, estas devem ocorrer também nos mais atrasados; é aí que deve ser confirmado o acerto da hipótese formulada com base em experiências anteriores em outros países.”⁷

Dessa forma, Sombart representou a elevação da história do trabalho monadológico ao status científico. Gradativamente, no entanto, as mônadas ganharam espaço. O próprio Sombart era consciente da “influência da exemplaridade dos países mais avançados nos locais que os seguiram.”⁸ Ao longo do século XX, foi dada maior atenção para as influências recíprocas entre diferentes povos, ainda que esses povos separadamente tenham permanecido como unidades fundamentais de análise. De James Guillaume a Julius Braunthal, organizações internacionais do movimento trabalhista foram, por exemplo, interpretadas como elos colaborativos entre trabalhadores que representavam diferentes países, entre patriotas com diferentes países de origem – uma interpretação que também

⁶ L. Stein. *Der Socialismus und Communismus des heutigen Frankreichs*. Ein Beitrag zur Zeitgeschichte, Leipzig 1842, S. iv, ix.

⁷ Werner Sombart. “Studien zur Entwicklungsgeschichte des italienischen Proletariats”, *Archiv für soziale Gesetzgebung und Statistik*, 6 (1893), S. 177-258, hier 178.

⁸ Ibid.

permaneceu viva no movimento.⁹ E, nos estudos sobre a migração internacional de trabalho, os imigrantes eram vistos como pessoas ou que preservavam a cultura de seu país de origem ou que assimilavam a cultura do país para o qual haviam emigrado.

IV

Apenas nas últimas décadas a monadologia eurocêntrica tem sido questionada como um todo. Por um lado, caiu por terra a idéia de Sombart de que apenas povos pertencendo à mesma “área cultural” poderiam ser significativamente comparados. Por outro lado, o Estado-nação foi crescentemente historicizado, e por isso, relativizado. Ambas tendências subversivas devem ser claramente distinguidas, mas, em maior ou menor medida, correm lado a lado. A aparência destas está relacionada a uma série de mudanças que ocorreram desde a Segunda Guerra Mundial ou que começaram até antes. São elas:

- A descolonização gerou muitos países independentes, especialmente na África e Ásia, que começaram a investigar suas próprias histórias; nesse sentido, a história do trabalho adquiriu não apenas um importante e crescente componente periférico (o número de mônadas), mas também tornou-se evidente que a história periférica obviamente não poderia ser escrita sem constantemente referir-se à história metropolitana (ver, por exemplo, o trabalho de Walter Rodney).
- Comunidades imaginadas transcontinentais se desenvolveram, tal como o Pan-Africanismo.
- Na pesquisa sobre migrações históricas surgiu o *insight* que a perspectiva “nação-etnia-enclave” interpretou erroneamente a realidade dos imigrantes, porque estes freqüentemente vivem transculturalmente.
- As culturas fronteiriças, que foram “descobertas” não se encaixaram no esquema monodológico, creolização, etc.
- O mesmo ocorreu para os ciclos transnacionais de protestos e greves.

⁹ James Guillaume. *L'Internationale*, 4 Bände, Paris, 1905-10; Julius Braunthal. *Geschichte der Internationale*, 3 Bände, Hannover 1961-1971. Sobre o “Inter-Nationalism” no movimento trabalhista ver, por exemplo, Kevin Callahan. “‘Performing Inter-Nationalism’ in Stuttgart in 1907: French and German Socialist Nationalism and the Political Culture of an International Socialist Congress”. *International Review of Social History*, 45 (2000), 51-87.

Todos esses desenvolvimentos, além do contato muito intenso entre historiadores de diferentes países e continentes, levaram a uma situação em que as premissas da história do trabalho tradicional são agora claramente visíveis e se tornaram, portanto, um tema para debate. Estamos agora diante de uma situação transitória interessante, na qual a disciplina se encontra comprometida com a reinvenção de si mesma. A Nova História do Trabalho começa a dar lugar à História Global do Trabalho.¹⁰

V

A que se refere o termo “História Global do Trabalho”? Todos, é claro, podem associá-la aos significados que gostam, mas eu, pessoalmente, entendo o seguinte:

- Em termos de *status metodológico*, sugeriria que uma “área de interesse” é envolvida, ao invés de uma teoria à qual todos devem aderir. Sabemos e devemos aceitar o fato de que nossas concepções de pesquisa e nossas perspectivas interpretativas diferem. Esse pluralismo não é apenas inevitável, como é também igualmente intelectualmente estimulante – contanto que estejamos preparados para, a qualquer momento, entrar em uma discussão séria sobre nossas visões divergentes. Independentemente de nossos diferentes pontos de partida, no entanto, devemos nos esforçar por trabalhar produtivamente nos mesmos campos de pesquisa.
- No que diz respeito a *temas*, a História Global do Trabalho focaliza o estudo transnacional e mesmo transcontinental das relações de trabalho e nos movimentos sociais de trabalhadores no sentido mais amplo da palavra. Por “transnacional”, quero dizer, situar, no contexto mais amplo de todos os processos históricos, não importa quão “pequenos” em comparação com processos em outras partes, o estudo de processos de interação ou a combinação de ambos.
- O estudo das relações de trabalho engloba trabalho que é tanto livre quanto não-livre, remunerado e não-remunerado. Os movimentos sociais dos trabalhadores

¹⁰ Marcel van der Linden. “Global Labor History and ‘the Modern World System’: Thoughts at the Twenty-Fifth Anniversary of the Fernand Braudel Center”. *International Review of Social History*, 46 (2001), p. 423-459; Idem., “The ‘Globalization’ of Labor and Working Class History and its Consequences”. *International Labor and Working Class History*, 65 (Spring 2004), p. 136-156.

consistem tanto de organizações formais quanto de atividades informais. O estudo tanto das relações de trabalho quanto dos movimentos sociais requer que seja dada igual atenção ao “outro lado” (empregadores, autoridades públicas).

- O estudo das relações de trabalho diz respeito não só ao trabalhador individual, mas também à sua família. Relações de gênero desempenham um papel importante dentro da família e em relações de trabalho envolvendo membros familiares individuais.

- Em relação ao *período* estudado, penso que na História Global do Trabalho, a princípio, não há limites em relação à perspectiva temporal, no entanto, diria que, na prática, a ênfase está no estudo das relações de trabalho e dos movimentos sociais trabalhistas que se desenvolveram ao longo do crescimento do mercado global desde o século XIV. Entretanto, onde quer que indicado, para fins de comparação, estudos que recuem ainda mais no tempo não devem ser de maneira alguma excluídos.

Esse é, afinal, um projeto extremamente ambicioso que apenas começou. Muitos dos objetivos deste novo enfoque permanecem obscuros ou necessitam de maiores elucidações.

VI

O desenvolvimento da História Global do Trabalho terá que enfrentar diversos obstáculos para florescer. Estes obstáculos incluem problemas práticos, tais como o fato de que em muitos países do Hemisfério Sul não há arquivos adequadamente climatizados.¹¹ Eu não quero me deter nestas questões técnicas agora (ainda que possamos, obviamente colocá-las na discussão), quero concentrar-me nos desafios substanciais. Porque o maior obstáculo que temos somos nós mesmos, com nossas teorias e interpretações tradicionais. Já mencionei as duas mais importantes armadilhas: nacionalismo metodológico e eurocentrismo.

¹¹ O exemplo do Instituto V.V. Giri National Labour, em Noida, na Índia mostra como é possível construir um arquivo de bom funcionamento com recursos financeiros limitados.

Nacionalistas metodológicos são vítimas de dois erros intelectuais importantes. Primeiramente, naturalizam o Estado nacional. Por isso, quero dizer que consideram o Estado-nação uma unidade básica de análise para a pesquisa histórica. Ainda que reconheçam que os Estados nacionais apenas floresceram nos séculos XIX e XX, eles, mesmo assim, ainda interpretam a história mais antiga como a *pré-história* do Estado-nação posterior e consideram processos trans-fronteiriços ou processos que subvertem fronteiras como desvios do modelo “puro”. Estamos, portanto, lidando com uma teleologia que deveria ser abandonada radicalmente. De uma perspectiva global, a existência de estados-nação obviamente continua sendo um aspecto essencial do sistema mundial, mas este é um aspecto que precisa ser exaustivamente historicizado em conexão com aspectos sub, supra e trans-nacionais. Em segundo lugar, os nacionalistas metodológicos misturam sociedade com Estado e com território nacional.¹² Isso significa: eles pensam que as sociedades são geograficamente idênticas aos estados nacionais. Os Estados Unidos têm sua própria sociedade, o México tem sua própria sociedade, a China tem sua própria sociedade e assim por diante. Aqui, também, uma abordagem totalmente nova é necessária. Talvez devêssemos pensar mais profundamente sobre a sugestão de Micheal Mann de encarar as sociedades como “múltiplas redes sócio-espaciais de poder (ideológico, econômico, militar e político) que se sobrepõem e se interseccionam”. A implicação é que as “Sociedades não são unitárias. Elas não são sistemas sociais (fechados ou abertos); não são totalidades. Não encontramos nunca uma única sociedade delimitada no espaço geográfico ou social”.¹³

Há três variantes de *Eurocentrismo* que devo mencionar. A *primeira* variante é simplesmente *negligência*: atenção é dada somente para parte do mundo; o autor assume que a história “do seu pedaço de mundo” pode ser escrita sem dar atenção ao restante. Esta atitude é bem evidente na distinção popular entre “Oeste” e o “Resto”,¹⁴ mencionada por Samuel Huntington e outros.¹⁵ A segunda variante é claramente *preconceito*: os autores levam em consideração conexões globais, mas, no entanto, acreditam que a Grande Europa (incluindo América do Norte e Oceania) “aponta para o caminho”. Este eurocentrismo é

¹² Isso não significa que eles eram identificados um com o outro. Em vez disso, eles freqüentemente funcionaram como *counter-poles*, como na Alemanha por volta de 1848, quando a concepção de “sociedade” era utilizada para mostrar oposição ao Estado.

¹³ Michael Mann. *The Sources of Social Power*. vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 1-2.

¹⁴ N.T. A expressão original do inglês contém um jogo de palavras entre “West” (oeste) e “Rest” (Resto).

¹⁵ O inventor desta expressão parece ter sido o diplomata de Singapura, Kishore Mahbubani. Ver seu artigo: “The West and the Rest”. *The National Interest*, Summer, 1992, p. 3-13.

especialmente evidente entre teóricos da modernização.¹⁶ Robert Nisbet caracterizou esta abordagem ao desenvolvimento desta forma:

A Humanidade é comparada a uma vasta procissão, com todos, ou ao menos um grande número de povos feitos membros da procissão. [...] Naturalmente, a Europa Ocidental e seu padrão específico de valores econômicos, políticos, morais e religiosos adquiridos historicamente foi encarada como estando à frente, na vanguarda da procissão. Todos os outros povos, apesar de ricos em suas próprias civilizações, como a China e a Índia, foram vistos, por assim dizer, como “estágios” em uma procissão que os levaria também algum dia à completude de desenvolvimento que o sagrado Ocidente representava.¹⁷

A terceira variante consiste em *crenças empíricas*. Esta variante é mais difícil de reconhecer e combater. Estamos lidando aqui com pontos-de-vista científicos que aparentemente foram confirmados repetidas vezes por pesquisas. Eurocentristas empíricos fazem asserções porque pensam que tudo se resume a *fatos*. Acreditam, por exemplo, que os sindicatos são sempre mais eficientes quando se concentram em alguma forma de acordo coletivo. Isso, pensam eles, foi provado repetidas vezes. Historiadores que defendem tal visão negariam enfaticamente guardar quaisquer preconceitos eurocêntricos, e muito poucos deles, de fato, guardam tais preconceitos. Como o Jim Blaut da maturidade escreveu: “o eurocentrismo [...] é algo muito complexo. Podemos banir todos os significados valorativos da palavra, todos os preconceitos, e ainda o teremos como um conjunto de

¹⁶ Leonard Binder. “The Natural History of Modernization Theory”. *Comparative Studies in Society and History*, 28, 1 (January 1986), p. 3-33. Obviamente essa observação também é aplicada ao marxismo dominante, que também possui uma teoria da modernização.

¹⁷ Robert Nisbet. “Ethnocentrism and the Comparative Method”. In: A.R. Desai (ed.). *Essays on Modernization of Underdeveloped Societies*. Bombay: Thacker & Co, 1971, vol. I, p. 95-114, at 101. Nisbet notou que o eurocentrismo (naquela época, ainda chamado de etnocentrismo é simbolizado de acordo com uma metáfora biológica, a qual afirma que o crescimento e desenvolvimento das sociedades se parece um pouco com o das plantas, originando-se das sementes e, posteriormente desenvolvendo-se em organismos maduros. Esta metáfora do crescimento é baseada em pelo menos mais cinco pressupostos: “Isso significou, em primeiro lugar, que mudanças são normalmente contínuas. Isto é, cada condição identificável de algo, seja uma árvore, um homem ou uma cultura, é para ser entendido como algo que se originou desta mesma coisa. Em segundo lugar, grandes mudanças devem ser compreendidas como sendo cumulativas, assim como consequência de pequenas mudanças. Terceiro, a mudança social é caracterizada por diferenciação. Assim como a semente ou germe fertilizado é marcado por diferenciação e variação de função e forma em sua história, o mesmo ocorre para a cultura humana ou instituição marcada por este tipo de manifestação ao longo do tempo. Quarto, a mudança em termos de desenvolvimento é encarada como resultado, na maioria dos casos, de uma espécie de propriedade uniforme ou grupo de propriedades. Da doutrina da uniformidade veio a crença de que conflito social, cooperação, localização geográfica, raça ou outras causas alegadas espalhadas entre as páginas da história social são a principal causa de todo desenvolvimento. Quinto, é evidente que uma espécie de teleologia está presente em todas essas teorias de desenvolvimento social. Há sempre um ‘fim’ em vista. O ‘fim’ é sempre concebido em termos essencialmente ocidentais”. *Ibid.*, p. 100.

crenças empíricas”.¹⁸ Atacar as duas primeiras variantes (negligência e preconceito) é relativamente simples, mas a terceira variante representa um obstáculo maior. Lucien Fèbvre já havia formulado isso meio século atrás: “qualquer categoria intelectual que possamos forjar nas oficinas da mente é capaz de se impor com a mesma força e a mesma tirania – e se agarra ainda mais obstinadamente à sua existência do que as máquinas feitas em nossas fábricas”.¹⁹

Todos os conceitos centrais da História do Trabalho tradicional são principalmente baseados em experiências da região do Atlântico Norte e, portanto, devem ser criticamente reconsiderados. Isto se aplica, para começar, ao próprio conceito de “trabalho” (“*labor*”).²⁰ Nas mais importantes línguas ocidentais (inglês, francês, espanhol, italiano etc.), uma distinção é freqüentemente feita entre “*labor*” e “*work*”, na qual “*labor*” refere-se a um tipo de esforço manual ou um tipo de trabalho pesado (como em “*labor*” feminino), enquanto “*work*” refere-se a um processo mais criativo. Este significado binário – ao qual uma filósofa como Hannah Arendt conferiu conseqüências analíticas de longo alcance²¹ – simplesmente não existe em muitas outras línguas e, algumas vezes, não há mesmo uma palavra específica para “*labor*”, porque estas concepções são abstraídas das características específicas de processos separados de trabalho (*labor*). Devemos, portanto, investigar cuidadosamente até que ponto os conceitos de “*labor*” e “*work*” são transculturalmente utilizáveis, ou, ao menos, deveríamos definir seu conteúdo muito mais precisamente do que o que estamos acostumados a fazer. Onde “*labor*” começa e onde termina? Como exatamente traçamos a fronteira entre “*labor*” e “*work*”, ou é esta fronteira menos óbvia do que comumente se considera?

A concepção de “classe trabalhadora” é também digna de um estudo crítico. Parece que este termo foi inventado no século XIX para identificar um grupo dos chamados trabalhadores “respeitáveis”, em oposição a escravos e outros trabalhadores sem liberdade, os auto-empregados (pequena-burguesia) e pobres excluídos, o lumpemproletariado. Por diversas razões, as quais não posso discutir agora, esta interpretação não é apropriada para

¹⁸ James Blaut. *The Colonizer's Model of the World*. New York: The Guilford Press, 1993, p. 9.

¹⁹ Lucien Febvre. “How Jules Michelet Invented the Renaissance” (1950). In: Peter Burke (ed.). *A New Kind of History. From the Writings of Febvre*. Trans. K. Folca. London: Routledge & Kegan Paul, 1973, p. 258-67, at 258.

²⁰ N.T. Em português, não há uma distinção significativa, como há em inglês entre as palavras labor e work, ambas traduzidas como trabalho, o que confirma a observação do autor.

²¹ Hannah Arendt. *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

o hemisfério sul. Os grupos sociais, os quais, aos olhos da Velha e Nova História do Trabalho são quantitativamente insignificantes – exceções que provam a regra – são a *regra* em grande parte da Ásia, África e América Latina. Teremos que vislumbrar uma nova conceituação que seja menos orientada para a *exclusão* que para a *inclusão* de vários grupos de trabalhadores dependentes ou marginalizados. Temos que reconhecer que os trabalhadores assalariados “reais”, que estavam no centro das atenções de Marx, isto é, trabalhadores que, como indivíduos livres, podem dispor de sua própria força de trabalho como sua própria mercadoria e não têm outra mercadoria para venda,²² são apenas uma das formas que o capitalismo encontra para transformar força de trabalho em mercadoria. Há muitas outras formas que demandam igualmente atenção, como escravos, aprendizes, meeiros etc.

A necessidade de reconsiderar nossos pressupostos teóricos e metodológicos não implica, é claro, afastar-nos de enfrentar a pesquisa empírica. Provavelmente, na realidade, é precisamente por meio da interação entre renovação conceitual e pesquisas que seremos capazes de construir uma História Global do Trabalho.

Com o que a pesquisa empírica deste tipo poderia parecer? Acho que podemos promover atividades em diferentes etapas. Em primeiro lugar, há a etapa de coleta de dados, e aqui vejo duas tarefas estreitamente interligadas. Por um lado, a coleta de grande quantidade de informações quantitativas e qualitativas sobre assuntos tais quais a estrutura da força mundial de trabalho, salários reais, desenvolvimentos demográficos e movimentos de trabalhadores e, por outro lado, o desenvolvimento de técnicas capazes de comparar dados reunidos de diferentes contextos. Basta expor dois exemplos deste tipo de coleta de dados:

Meu primeiro exemplo: há planos avançados para a construção de um centro de dados sobre trabalhadores por contrato (*indentured*) indianos em todo o mundo. Entre 1834 e 1937, 30 milhões de pessoas da Índia britânica migraram para outras partes do mundo, sendo que 80% retornou. Comunidades Hindustani agora existem no sudeste asiático, América do Sul, América do Norte, África e Europa. O centro de dados é direcionado para cobrir toda esta diáspora, mas com uma precisão própria para cada região. Para algumas regiões (por exemplo, Suriname, na América do Sul) grupos de dados individualizados

²² Karl Marx. *Capital*. vol. I. Trans. Ben Fowkes. Harmondsworth: Penguin, 1976, p. 272.

podem ser produzidos, enquanto em outras regiões apenas grupos de um nível maior de concentração parecem possíveis no momento.²³

Segundo exemplo: desde 1985, o Grupo de Pesquisa sobre Trabalho no Mundo no Centro Braudel, em Binghamton, nos Estados Unidos, montou um centro de dados, utilizando os índices e números dos jornais *The Times* (Londres), de 1906 em diante, e *New York Times*, de 1870 em diante. Informações sobre ano, tipo de ação, país, cidade e indústria foram registradas para cada menção de perturbação relacionados ao trabalho ocorridas em qualquer parte do mundo. De início, todos os dados numéricos recolhidos dessa forma referentes ao período de 1870-1895 foram utilizados em análises posteriores. Os mais importantes resultados foram publicados no livro de Beverly Silver, *Forças de Trabalho* (2003). Outros acadêmicos têm seguido esta iniciativa. Há poucos meses atrás, uma conferência em Amsterdã posteriormente desenvolveu estatísticas sobre greves para um grande número de países.

Tais projetos exigem que desenvolvamos técnicas capazes de tornar comparáveis dados de diferentes contextos históricos e geográficos. Um exemplo é o chamado projeto-HISCO, que tem por objetivo a criação de um sistema de informação ocupacional que é, ao mesmo tempo, internacional e histórico e simultaneamente ligado a classificações existentes usadas para as condições atuais. O sistema de informação tornará disponível na Internet uma classificação internacional e histórica de ocupações (HISCO), combinada com informações sobre tarefas e deveres em contextos históricos, assim como imagens sobre a história do trabalho.²⁴ Atualmente o projeto HISCO é baseado na codificação das 1.000 ocupações mais frequentes entre homens e mulheres em dados disponíveis de oito países diferentes (Canadá e mais sete países europeus), cobrindo o período de 1670-1970, mas principalmente do século XIX em diante. A codificação de novos dados é agora realizada na Colômbia, Nova Zelândia, Rússia e Estados Unidos e planejada para a Índia, Portugal e Espanha.

Um segundo estágio no qual podemos ser ativos é obviamente na pesquisa histórica real, que revela as interações entre diferentes regiões do mundo e, por isso, é capaz de responder questões que até então não poderiam nem ao menos ser feitas. O número de

²³ <www.nationaalarchief.nl/suriname> é um grupo de dados deste projeto.

²⁴ <<http://historyofwork.iisg.nl>>.

questões de pesquisa que podem ser feitas dentro dessa nova abordagem é ilimitado. Em outra ocasião, publiquei uma lista de idéias sobre esse assunto.²⁵ Aqui, quero limitar-me não a apenas um exemplo, que chamo de “cadeias globais de trabalho”. Esse conceito dá continuidade a uma velha idéia da teoria econômica que, em essência, pode remeter a Adam Smith. Frank Taussig, economista conservador de Harvard sintetizou esta idéia nos anos 1920 dessa forma:

Comumente, referimo-nos a um alfaiate como aquele que faz roupas, um carpinteiro como aquele que faz mesas, um sapateiro como aquele que faz botas. Tal frase, como muitas desse tipo, é elíptica e leva facilmente a mal-entendidos. O trabalho do alfaiate apenas dá o toque final ao trabalho previamente realizado por uma longa cadeia de pessoas – o pastor que cuidou do rebanho, o tosquiador de lã, aqueles que transportaram a lã por terra e por mar, o penteador de lã tecelão etc., sem mencionar aqueles que fizeram as ferramentas e maquinaria destes trabalhadores. Similarmente, o carpinteiro é o último de uma sucessão de pessoas que trabalharam para um mesmo fim – o lenhador nos bosques, o cortador de madeira no moinho, o maquinista e o engenheiro na ferrovia e assim por diante. Muitos trabalhadores, distribuídos em longas series, se combinam a fim de produzir mesmo as mais simples mercadorias.²⁶

Quando Taussig escreveu isso, ele pensava dentro da perspectiva do estado-nação, dos Estados Unidos, para ser preciso. Mas, nesse meio tempo, todos sabemos que as cadeias de trabalho abarcam todo o planeta. Tome-se, por exemplo, o *jeans* que muitos de nós usamos. O algodão para o denim é cultivado por pequenos fazendeiros no Benim, oeste da África. O algodão para os bolsos é cultivado no Paquistão. O índigo sintético é feito em uma fábrica de produtos químicos em Frankfurt, Alemanha. Os rebites e botões contêm zinco extraído por mineiros australianos. A linha é um poliéster manufacturado a partir de produtos de petróleo por trabalhadores da indústria química no Japão. Todas as partes são montadas na Tunísia. O produto final é vendido na Europa. Nossos jeans são, portanto, o resultado de uma combinação global de processos de trabalho.²⁷

Uma questão relevante, especialmente importante do ponto-de-vista do internacionalismo sindical, seria como esses diferentes processos de trabalho se relacionam uns com os outros. Poder-se-ia, por exemplo, levantar a hipótese de que quanto mais

²⁵ Marcel van der Linden. “ ‘The `Globalization’ of Labor and Working-Class History and Its Consequences” . *International Labor and Working Class History*, 65 (Spring 2004), p. 136-56.

²⁶ Frank W. Taussig. *Principles of Economics*, vol. I New York: Macmillan, 1921, p. 15.

²⁷ Fran Abrams and James Astill. “Story of the Blues,” *The Guardian Europe*, 29 May 2001.

próximos do produto final estão os trabalhadores, maior é seu interesse por uma baixa remuneração para trabalhadores nos estágios iniciais da produção. Trabalhadores numa fábrica de automóveis ganham mais no curto prazo se os metalúrgicos recebem baixos salários por que isso aumenta a margem de lucro dos carros e resulta em estabilidade e, talvez, salários mais altos. Em outras palavras, estudando o desenvolvimento histórico das cadeias de trabalho, poderíamos desenvolver uma teoria empírica e histórica sobre os problemas e possibilidades da solidariedade internacional. Isso é, evidentemente, só um exemplo. Muitas outras questões importantes surgem.

A História Global do Trabalho não nos permitirá somente enxergar os desenvolvimentos transcontinentais em sua conexão mútua. Ela também nos permitirá ver a história em nossas próprias regiões sob uma nova luz. O desafio será transcender a Velha e a Nova História do Trabalho em uma nova abordagem, o que coloca os *insights* já adquiridos em um novo e mais amplo contexto. Através disso, nossa habilidade para entender o mundo e explicá-lo só pode aumentar. Como E. P. Thompson observou em seu *A Miséria da Teoria*, “cada evento histórico é único. Porém muitos eventos, largamente separados no tempo e no espaço, revelam regularidades de processo quando relacionados uns com os outros.”²⁸

²⁸ E. P. Thompson. *The Poverty of Theory and Other Essays*. London: The Merlin Press, 1978, p. 84. Tradução brasileira, *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.